



## PARTE C

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Gabinete do Primeiro-Ministro

##### Despacho n.º 32399/2008

Considerando que é tradicional a deslocação de muitas pessoas para fora dos seus locais de residência no período natalício tendo em vista a realização de reuniões familiares;

Considerando a prática que tem sido seguida ao longo dos anos;

Considerando a tradição existente no sentido da concessão de tolerância de ponto nos serviços públicos não essenciais na época do Natal, ao abrigo da alínea *d*) do artigo 199.º da Constituição e no uso dos poderes delegados pelo n.º 4 do artigo 5.º da Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 44/2008, de 11 de Março, determino o seguinte:

1 — É concedida tolerância de ponto no próximo dia 24 de Dezembro e, em alternativa, nos dias 26 de Dezembro ou 2 de Janeiro, aos funcionários e agentes do Estado, dos institutos públicos e dos serviços desconcentrados da administração central.

2 — Exceptuam-se do disposto no número anterior os serviços e organismos que, por razões de interesse público, devam manter-se em funcionamento naquele período em termos a definir pelo membro do Governo competente.

3 — Sem prejuízo da continuidade e qualidade do serviço a prestar, os dirigentes máximos dos serviços e organismos referidos no n.º 2 promoverão a equivalente dispensa do dever de assiduidade dos respectivos funcionários e agentes, em dia ou dias a fixar oportunamente.

16 de Dezembro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

##### Despacho n.º 32400/2008

1 — Nos termos do disposto no artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no n.º 6 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, e no n.º 2 do artigo 12.º e no n.º 1 e na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 117/2007, de 27 de Abril, é nomeado em comissão de serviço pelo período de três para exercer o cargo de director do Departamento dos Assuntos Jurídicos o Dr. João Miguel Ferreira Serpa Soares, possuidor de competência técnica, aptidão e experiência profissional adequadas, conforme nota curricular em anexo ao presente despacho.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Dezembro de 2008.

10 de Dezembro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

#### Nota curricular

##### João Miguel Ferreira de Serpa Soares

Data de nascimento — 16 de Fevereiro de 1967.

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1990;

Pós-Graduação em Estudos Jurídicos Europeus pelo Colégio da Europa, Bruges, Bélgica, em 1992;

Diploma de Estudos de Direito Comparado e Europeu pela Faculdade de Direito da Universidade de Urbino, Itália, em 1996.

Experiência Profissional:

De Setembro de 1999 a Agosto de 2008:

Conselheiro Jurídico na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, Bruxelas, Bélgica.

Actividades de aconselhamento jurídico e preparação de pareceres, em especial nas áreas de contencioso. Participação em diferentes negociações no âmbito do Conselho da União Europeia, Comissão Europeia e Parlamento Europeu.

Representante Suplente de S.E. o Primeiro-Ministro na Convenção da UE da Carta de Direitos Fundamentais em 2000.

Representante de Portugal no Grupo de Peritos Jurídicos da Conferência Intergovernamental de 2004 (“Constituição Europeia”).

Representante na Presidência Portuguesa no Grupo de Peritos Jurídicos e de Redacção do Tratado de Lisboa da Conferência Intergovernamental de 2007.

De Janeiro de 1998 a Setembro de 1999:

Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território.

Nesse período, participação em diferentes Comissões Ministeriais e Inter-Ministeriais como por exemplo “Comissão de Redacção do Livro Branco da Política Marítimo-Portuária”, “Comissão de Revisão do Regime Jurídico de Empreitadas de Obras Públicas”. De Julho de 1997 a Dezembro de 1998, Presidente da Comissão de Fiscalização da Administração do Porto de Lisboa.

De Fevereiro de 1996 a Dezembro de 1997:

Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território.

1992 a 1996:

Advogado.

Advogado Associado “Botelho Moniz, Marques Mendes, Magalhães Cardoso e Ruiz — Sociedade de Advogados”. Inscrição na Ordem dos Advogados com a Cédula 10932 L em Novembro de 1993 (inscrição na Ordem dos Advogados e exercício da profissão suspensos, a seu pedido desde Fevereiro de 1996).

1992 a 1993:

Monitor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Direito Processual Penal e Direito Internacional Económico).

1989 a 1990:

Monitor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Direito da Economia).

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.

##### Despacho n.º 32401/2008

Considerando que as comissões de serviço dos membros do actual conselho directivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., atingiram o seu termo, importa proceder às nomeações necessárias à composição do mesmo.

Assim, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 1.º, no n.º 1 do artigo 5.º e no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 87/2007, de 29 de Março, e nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º, no n.º 1 do artigo 20.º e no artigo 25.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril:

1 — É nomeada presidente do conselho directivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., a licenciada Ana Isabel Caetano Paulino.

2 — São nomeados vogais do conselho directivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., os licenciados António Luís Jerónimo Lopes, Francisco Brito Onofre, José Egidio Barbeito e Luís Miguel Santos Filipe.

3 — Para efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, é reconhecida ao licenciado António Luís Jerónimo Lopes, pertencente ao quadro da Comissão do Mercado de

Valores Mobiliários (CMVM), a faculdade de optar pelo regime remuneratório e demais regalias inerentes às funções do lugar de origem.

4 — As presentes nomeações fundam-se na competência técnica, aptidão e experiência profissional dos nomeados evidenciadas nas respectivas notas curriculares, anexas ao presente despacho e que dele fazem parte integrante.

10 de Dezembro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

#### Nota curricular

Ana Isabel Caeiro Paulino

Habilitações académicas: Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito de Lisboa, da Universidade de Lisboa

Formação complementar:

Pós-graduação em Legística e Ciência da Legislação, pelo Instituto de Ciências Jurídico — Políticas, da Faculdade de Direito de Lisboa.

Pós-graduação em Direito da Comunicação, pela Faculdade de Direito de Coimbra.

Curso “A Escrita do Direito na Perspectiva da Eficácia da Comunicação”, pelo Instituto Nacional de Administração.

Curso de Saúde e Bioética, pela Faculdade de Direito de Lisboa.

Curso de Direito Bancário, pela Faculdade de Direito de Lisboa.

Curso de Direito do Ambiente, pela Universidade Católica Portuguesa.

Curso de Gestores do Ambiente, pela Associação Industrial Portuguesa.

Curso de Economia e Gestão Empresarial, pela Fundação Antero de Quental.

Experiência profissional:

2006/2008 Nomeada chefe do gabinete do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, do XVII Governo Constitucional.

2005-2006 Nomeada adjunta, para os assuntos jurídicos, do Gabinete do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, do XVII Governo Constitucional.

2004-2005 Nomeada adjunta, para os assuntos jurídicos, do Gabinete da Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, do XVI Governo Constitucional.

2003-2004 Nomeada assessora jurídica do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Educativa, do XV Governo Constitucional.

2002/2003 Nomeada adjunta, para os assuntos jurídicos, do Gabinete do Ministro da Ciência e Ensino Superior, do XV Governo Constitucional.

2001/2002 Desempenho das funções de consultora jurídica, na área de elaboração de legislação de segurança para o Euro 2004, na Sociedade PORTUGAL 2004, SA.

1992/2002 Exercício de advocacia, designadamente nas áreas de direito comercial, cível e trabalho.

1991/1992 Realização do estágio de advocacia, tendo sido inscrita na Ordem dos Advogados, em 1992, encontrando-se com a inscrição suspensa a seu pedido desde 2002.

Outras actividades e referências curriculares:

Participou na reforma da Administração Pública — áreas de actuação e metodologias de aplicação.

Participou em grupos de trabalho para a Reforma da Acção Social no Ensino Superior.

Representante do Ministério da Ciência e do Ensino Superior no grupo de trabalho sobre bolsheiros timorenses, sua integração, acompanhamento pedagógico e formação avançada.

Representante do Ministério da Ciência e do Ensino superior no âmbito dos trabalhos de ciência e bioética.

Representante do Ministério, da Ciência, Inovação e Ensino Superior na Comissão para a Igualdade.

Representante do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas na Assembleia Geral da EDIA — Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S. A.

#### Nota curricular

António Luís Jerónimo Lopes

Data de nascimento: 8 de Maio de 1948.

Formação académica:

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia, concluída no ano lectivo de 1976-1977; Pós-graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa, concluída em 1980; Mestrado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, concluído em Fevereiro de 1989, com a classificação final de Muito bom.

Actividade profissional:

Integrou os quadros do Banco Português do Atlântico em 1975. Passou a exercer funções técnicas a partir de 1978, sucessivamente no Gabinete de Crédito não Reembolsado, Direcção de Estudos Económicos e Financeiros, Direcção de Pessoal e Direcção Financeira. De 1982 a 1984 coordenou o Grupo de Trabalho em Lisboa da Direcção de Estudos Económicos e Financeiros; Em Novembro de 1990 ingressou na Corretora Atlântico, do grupo BPA, onde colaborou em várias áreas do mercado de capitais, designadamente mercado primário, investment research, sistemas de informação, legislação e fiscalidade. Em Setembro de 1993 assumiu a coordenação do serviço de gestão de carteiras em Lisboa; Em Outubro de 1995 assumiu o cargo de director da Divisão de Mercados Secundários da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM); Desde 16 de Agosto de 2005 que assumiu o cargo de vogal do conselho de administração do IFADAP e do INGA.

#### Nota curricular

Francisco Brito Onofre

Data de nascimento: 18 de Dezembro de 1951;

Naturalidade: Coimbra; Estado civil: casado.

Habilitações literárias

Licenciatura em Economia, Instituto Superior de Economia, ano lectivo de 1973-1974.

Carreira profissional:

Docente dos ensinos superior e secundário nos anos de 1974 e 1975 e 1976; Ingressou na carreira técnica superior em 1976, tendo percorrido todas as suas categorias mediante concurso, na SEAP e MF. No concurso de provas públicas para assessor da ex-DGCP obteve a classificação de 17,55 valores. Actualmente é assessor principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento; Cargos dirigentes: chefe de divisão dos Serviços Financeiros do INPI (1984-1985), director de Contabilidade (1985-1991), subdirector-geral (1991-1998) e director-geral do Orçamento (1998-2005). Vogal da direcção dos Serviços Sociais do MF, na comissão de fiscalização do FEA, comissão de contas da Fundação Calouste Gulbenkian e conselho fiscal da CGA (sem remuneração). Membro do ex-Conselho Nacional de Estatística, suplente no Conselho Superior de Estatística e no Conselho Económico e Social, representante do MF na Comissão de Análise às Contas Públicas de 2001 e presidente da CNCAP (por inerência). Desde 16 de Agosto de 2005 que assumiu o cargo de vogal do conselho de administração do IFADAP e do INGA.

Actividade profissional:

Nos organismos onde exerceu funções desenvolveu actividade nos domínios da programação, coordenação e controlo. Na DGO desenvolveu actividade no âmbito da preparação e controlo da execução do Orçamento do Estado e dos serviços e fundos autónomos, elaboração de relatórios, análise do impacto da tomada de decisões nas finanças públicas, preparação de diplomas e coordenação de auditorias. Elaborou os produtos da aplicação informática “Controlo orçamental” e participou em acções de monitoragem. Como director-geral do Orçamento tem coordenado (na parte respeitante à DGO), designadamente a elaboração dos relatórios do Orçamento do Estado, relatórios, organização e encerramento da Conta Geral do Estado e reportes no âmbito do procedimento dos défices excessivos e respectivas contas consolidadas do sector público administrativo.

#### Nota curricular

José Egídio Barbeito

Nacionalidade — portuguesa.

Estado civil — casado.

Data de nascimento — 8 de Maio de 1952.

Formação académica — licenciatura em Finanças pelo Instituto Superior de Economia.

Formação profissional: curso de estudos, métodos e medidas de trabalho administrativo (COPRAI); curso de imposto sobre o valor acrescentado (Price Waterhouse); curso de inglês (DGAP); curso de novo modelo de avaliação dos funcionários públicos (INA); Seminário de alta direcção (INA).

Experiência e mobilidade profissional:

Desde 2005 — assumiu o cargo de vogal do conselho de administração do IFADAP e do INGA. 2002-2005 — director-coordenador da Direcção dos Produtos Animais — INGA; 2000-2002 — chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura; 1998-2000 — chefe do Gabinete do Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e da Qualidade Alimentar; 1996-1998 — vice-presidente do Instituto da Vinha e do Vinho; 1995-1996 — director de serviços de Produtos Animais — INGA;

1990-1995 — chefe da Divisão do Leite e Produtos Lácteos — INGA; 1989-1990 — chefe da Divisão do Açúcar — INGA; 1988 — nomeado assessor principal do quadro da ex-JNPP; 1983-1989 — chefe da Divisão de Auditoria da ex-JNPP; 1978-1983 — responsável pelo Gabinete de Auditoria da ex-JNPP; 1975-1978 — técnico superior da ex-Junta Nacional dos Produtos Pecuários — JNPP. Outras indicações: 1989-1996 — participação nos comités de gestão — OCM do Açúcar e do Leite e Produtos Lácteos; 1976-1989 — consultadoria no âmbito de projectos de investimento. Conhecimento linguístico: Domínio escrito e falado do francês; Conhecimento satisfatório escrito e falado do inglês.

#### Nota curricular

Nome: Luís Miguel Santos Filipe  
 Data de Nascimento: 07/08/72  
 Estado civil: Solteiro  
 Bilhete de Identidade n.º 9819737  
 Cartão de Contribuinte n.º 203749812  
 Habilitações literárias e profissionais:  
 Licenciatura em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.  
 Pós-Graduação em Comunicação e Marketing Político pela UNI.  
 Pós-Graduação em Gestão.COM pelo INDEG/ISCTE Lisboa  
 MBA em Gestão de Empresas pelo ISCTE Lisboa

Experiência profissional:  
 De: 23/09/1996 a 06/11/1996  
 Assicurazioni Generali — Estágio no Departamento Financeiro (Itália)  
 De: 15/06/1997 a 30/12/1997  
 Centro de Estudos do Norte — Formador (Informática)  
 De: 12/01/1998 a 12/03/1999  
 Programa JTI (Jovens Técnicos para a Indústria) — Larus  
 De: 12/03/1999 a 13/03/2002  
 Larus — Director de Marketing  
 De: 01/10/2002 a 15/12/2005  
 REN (Rede Eléctrica Nacional) — Categoria Licenciado I, Departamento de Sistemas de Informação  
 De: 15/12/2005 a 31/07/2007  
 FDTI (Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação) — Vogal do Conselho de Administração (em regime de requisição)  
 Desde: 01/08/2007  
 FDTI (Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação) — Presidente do Conselho de Administração (em regime de requisição).

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 32402/2008

1 — Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 48 360, de 29 de Abril de 1968, na Portaria n.º 1031/83, de 13 de Dezembro, na redacção dada pela Portaria n.º 40-A/88, de 21 de Janeiro, e na alínea *a*) do artigo 8.º e nos artigos 9.º, 12.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 146/89, de 6 de Maio, conjugado com a alínea *a*) do n.º 2 artigo 117.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, nomeio em regime de comissão de serviço o Dr. Luís Miguel Serradas de Sousa Tavares para exercer o cargo de conselheiro jurídico na Missão Permanente junto dos Organismos e Organizações Internacionais, NUOI, em Genebra.

2 — O funcionário perceberá um vencimento ilíquido de € 1 668,05 correspondente ao índice 500,escalon 1, conforme mapa anexo ao Decreto Regulamentar n.º 22/91, de 17 de Abril.

10 de Dezembro de 2008. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

## Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

#### Despacho n.º 32403/2008

Considerando o disposto nos artigos 5.º e 44.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, e na alínea *f*) do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, e de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do despacho n.º 11537/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de Julho de 2007, nomeio o conselheiro de embaixada do quadro 1 do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal diplomático — Luís Manuel Fernandes de Menezes de Almeida Ferraz cônsul-geral de Portugal em Paris, França, com efeitos a partir de 15 de Fevereiro de 2009.

5 de Dezembro de 2008. — O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, *António Fernandes da Silva Braga*.

#### Despacho n.º 32404/2008

Considerando o disposto nos artigos 5.º e 44.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, e na alínea *f*) do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, e de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do despacho n.º 11537/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de Julho de 2007, exonero o conselheiro de embaixada do quadro 1 do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal diplomático — João Dória Nóbrega Teotónio Pereira do cargo de cônsul-geral de Portugal em Paris, França, com efeitos a partir de 15 de Fevereiro de 2009.

5 de Dezembro de 2008. — O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, *António Fernandes da Silva Braga*.

## MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA DEFESA NACIONAL

#### Despacho n.º 32405/2008

Determinamos que, ao abrigo da alínea *c*) do n.º 3 do artigo 1.º da Portaria n.º 580/97, de 1 de Agosto, do Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, e do mapa anexo a que se refere ao n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 29/2004, de 6 de Fevereiro, seja designado para, em comissão de serviço, desempenhar o cargo de conselheiro militar na Delegação Portuguesa junto da NATO, em Bruxelas, o tenente-coronel Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garcia, indo ocupar o lugar previsto na citada portaria, substituindo o coronel Nelson Martins Viegas Pires, que vem desempenhando este cargo e cuja comissão é dada por finda a 31 de Agosto de 2008.

29 de Setembro de 2008. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Direcção-Geral dos Impostos

#### Aviso n.º 30010/2008

#### Delegação de competências

Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no artigo 62.º da Lei Geral Tributária, com vista à gestão global das actividades deste Serviço, se faz a delegação de competências do Chefe do Serviço de Finanças da Marinha Grande, nos seus adjuntos, tal como se indica:

1 — Chefia das Secções:

1.ª Secção — Tributação do Património — TAT, nível II, em regime de substituição, Maria Dulce Sousa Ferreira;

2.ª Secção — Tributação do Rendimento e da Despesa — Adjunta, TAT nível II — Olga Dias Rocha;

3.ª Secção — Justiça Tributária — Execuções Fiscais — Adjunto, TAT nível II — Mário Rui Salvador André;

4.ª Secção — Secção de Cobrança — Tesoureira Finanças nível I — Maria Regina Marques Pereira Matos Abreu.